



Dossiê Crise e Desenvolvimento



Truckload of cotton pickers just pulled into town in the late afternoon... Eloy, Pinal County, Arizona. Dorothea Lange, 1940.

As raízes da crise econômica mundial*

The roots of the global economic crisis

François Chesnais**

Resumo - Este artigo aborda a raiz e a natureza das crises capitalistas, considerando os traços da crise em curso, tendo em vista o elevado grau de densidade nas relações de interconexão e de rapidez de interações na atualidade. É neste quadro que as questões mais essenciais, tais como superacumulação, superprodução, superpoder das instituições financeiras e concorrência intercapitalista são abordadas. Parece não haver uma “saída” para o capital no horizonte próximo, frente à patente fraqueza dos instrumentos de política econômica. Neste contexto, o futuro dos trabalhadores e dos jovens depende em grande medida de sua capacidade de abrir espaços e “tempos de respiro” político próprios, a partir de dinâmicas nas quais somente eles podem ser o motor. Torna-se decisiva a capacidade que terão os movimentos de se organizar para uma ação que abra vias ao pensamento coletivo.

Palavras-chave - crises capitalistas; mercado mundial; superacumulação; capital fictício; financeirização.

Abstract - This article discusses the roots and nature of capitalist crises, considering the features of the ongoing crisis, in view of the high degree of density relations of interconnection and speed of interactions today. It is within this framework that the most essential questions –over-accumulation and overproduction, the colossal power of financial institutions, inter-capitalist competition – must be approached. There seems to be no “way out” for the capital on the near horizon, due to the patent weakness of economic policy instruments. In this context, the future of workers and young people depends largely on their abilities to open up their own political spaces and “breathing spaces”, from dynamics in which only they can be the driving force. It becomes decisive the ability of the emerging movements to organize an action that opens the road to collective thought.

Keywords - capitalist crises; the world market; over-accumulation; fictitious capital; financialization.

* Conferência do autor, realizada em junho de 2012 e promovida pela *Oficina Cinema-História*, através de parceria da *Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Economia e em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA)*. Originalmente o texto foi publicado na Revista “*O Olho da História*”, n. 18, Salvador/BA – <<http://oelho dahistoria.org/n18/artigos/chesnais.pdf>> –, sob a edição de *Jorge Nóvoa* – a quem a Equipe Editorial da *Em Pauta* agradece por intermediar a autorização desta nova publicação – e de *Soleni Biscouto Fressato*. A tradução é de *Rosa Maria Marques*, a quem também agradecemos, bem como ao *Centro de Estudos Victor Meyer*, co-parceiro do evento.

** Professor emérito da Université Paris XIII e um dos principais intérpretes da atual crise capitalista, com vários trabalhos publicados em português, como *A Mundialização do capital* (Xamã), *As dívidas ilegítimas* (Temas e Debates) e *A finança mundializada: raízes sociais e políticas* (Boitempo). *Correspondência*: Email: <chesnaisf@gmail.com>.

A crise financeira europeia é a manifestação, na esfera da finança, da situação de semiparalisia em que se encontra a economia capitalista mundial. Atualmente ela é a manifestação mais evidente, mas não a única. As políticas de austeridade conduzidas simultaneamente na maioria dos países da União Europeia contribuem para a espiral recessiva mundial. Elas não são a única causa. Os títulos dos itens da nota da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de setembro de 2011, são eloquentes: “a atividade mundial está próxima da estagnação”; “o comércio mundial está contraído, os desequilíbrios mundiais persistem”; “no mercado de trabalho, as melhorias são cada vez menos perceptíveis”; “a confiança está se degradando”, etc. Logo depois da Eurostat¹ publicar, em meados de novembro, as projeções de uma contração econômica nos Estados Unidos, da qual a Alemanha não era exceção, a nota da OCDE, deste mesmo mês, constatou uma “deterioração considerável”, com crescimento de 1,6% para o conjunto da OCDE e de 3,4% para a economia mundial.

Na Europa, a atenção dos trabalhadores e dos jovens se concentra, de maneira compreensível, sobre as consequências da “situação sem saída” e do “salve-se quem puder” dos burgueses europeus. A crise política da União Europeia e da Zona do Euro e as idas e vindas do Banco Central Europeu em torno do financiamento direto dos países com maiores dificuldades são as expressões mais evidentes da crise econômica. Isso é completado com a acentuação das políticas de austeridade e com a implantação acelerada de uma “segurança total” da qual nenhum país escapa. Contudo, a situação europeia não pode ser compreendida independentemente da situação da economia mundial como um todo. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) escreve no início de seu relatório que “o grau de integração e de interdependência econômicas no mundo atual é sem precedente” (CNUCED). É um avanço intelectual incontestável, no qual muitos comentadores e mesmo militantes de esquerda poderiam de maneira útil se inspirar. O campo da crise é aquele do “mercado mundial constituído”, do qual Marx fala em seus escritos econômicos (MARX, 1980). Hoje, depois da integração da China e da plena integração da Índia na economia capitalista mundial, aquele conhece um grau de densidade jamais visto antes nas relações de interconexão e de rapidez de interações. É nesse quadro que as questões mais essenciais (superacumulação, superprodução, superpoder das instituições financeiras, concorrência intercapitalista) devem ser abordadas.

¹ Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT).

Nenhum “fim de crise” está à vista

Na linguagem econômica corrente de inspiração keynesiana, o termo “saída da crise” designa o momento no qual o investimento e o emprego retomam. Em termos marxistas, é o momento no qual a produção de valor e de mais-valia, mediante a contratação e o emprego de assalariados e a venda de mercadorias, permitem que o capital realize sua apropriação e que essa se repouse novamente sobre uma acumulação de equipamentos novos, sobre a criação de novas capacidades de produção. São muito raras as economias que, inseridas em relações de interdependência, continuam, como a China, a usufruir de certa autonomia, e onde a saída da crise é concebível ao nível da economia do Estado nação. Todas as outras estão inseridas em relações de interdependência nas quais o bloqueio do ciclo do capital (Dinheiro – Mercadoria – Mais-valia – Dinheiro’) de uma grande parte das empresas (de todas as grandes pelo menos) se faz no estrangeiro. Os maiores grupos transferem diretamente o ciclo inteiro de uma parte de suas filiais para outro país.

Nisso se constitui a amplitude do impasse registrado quando do último G 20. Mais de quatro anos depois do início da crise (agosto de 2007) e mais de três anos depois das convulsões provocadas pela falência do Banco Lehmann (setembro de 2008), a situação de conjunto é marcada pela incapacidade do “capital” (os governos, os bancos centrais, o Fundo Monetário Internacional e os centros privados de centralização e de poder do capital tomado coletivamente) encontrar, por agora pelo menos, os meios de criar uma dinâmica do tipo indicada acima ao nível da economia mundial, ou ao menos de amplas partes dela. A crise da Zona do Euro e seus impactos sobre um sistema financeiro opaco e vulnerável são uma das expressões. Esta incapacidade não é sinônimo de passividade política. Ela significa simplesmente que a burguesia está se movendo cada vez mais completamente pela vontade única de preservar a dominação de classe em toda sua nudez.

No que diz respeito, de maneira imediata e direta, aos trabalhadores europeus, os centros de decisões capitalistas estão ativamente em busca de soluções que protegeriam os bancos, que evitariam o choque financeiro de grande amplitude representado pelo *défaut* da Itália ou da Espanha e o afundamento do euro, e que fariam, mais do que nunca, cair todo o peso da crise sobre as classes populares. Testemunho disso é a chegada à cúpula dos governos grego e italiano, com poucos dias de intervalo, de integrantes do capital financeiro nomeados diretamente por ele, mediante “alterações nos procedimentos democráticos”. Testemunho disso são, sobretudo, as diferentes versões de um projeto de “governança” autoritária em discussão no seio da Zona do Euro. Esse projeto tem implicações políticas ainda mais graves para os trabalhadores, pois ele é acompanhado pelo endurecimento do caráter pró-cíclico das políticas de austeridade e de pri-

vatização, e contribui para a ocorrência de uma nova recessão, que está em marcha.

Do outro lado do Atlântico Norte, os apelos incessantes de Barak Obama ou do Secretário de Estado Tim Geithner aos dirigentes europeus, para que dêem uma resposta política à crise do euro o mais rápido possível, traduzem o fato de que “o motor norte-americano”, como dizem os jornalistas, está “em pane”. Desde 1998, como reação à crise asiática, o funcionamento macroeconômico estadunidense foi construído quase inteiramente sobre o endividamento das famílias, das pequenas e médias empresas e das coletividades locais. Esse “regime de crescimento” está profundamente enraizado. Ele reforçou tão fortemente o jogo dos mecanismos de repartição desigual das rendas², que a única perspectiva na qual os dirigentes se fixam verdadeiramente é a do momento (longínquo) onde as pessoas poderão ou deverão necessariamente se endividar de novo. As diferenças “inconciliáveis” entre democratas e republicanos se assentam sobre duas questões interconectadas: como assegurar o (des) endividamento do Estado a partir dessa perspectiva; e se ele pode (e deve) se endividar mais ou não para atingir este objetivo. Esta incapacidade de conceber qualquer outro “regime de crescimento” traduz a força econômica e política quase intacta da finança e da oligarquia político-financeira daqueles que estão no 1%. O movimento OWS é um primeiro sinal de fratura dessa dominação, mas enquanto um terremoto mundial não se produza, incluindo os Estados Unidos, a política econômica norte-americana se reduz às injeções de dinheiro pelo Banco Central (FED), isto é, em fazer funcionar as máquinas de fazer dinheiro, sem que ninguém saiba até quando isso pode durar.

A China e a Índia podem ajudar (como elas o fizeram em 2009) a que seja menor a contração da produção e do comércio. Em particular, a China continuará, mas com maior dificuldade do que antes, a estabelecer um piso à contração mundial. É da plena integração da Índia e da China na economia mundial que veio o salto qualitativo na dimensão do exército industrial de reserva à disposição do capitalismo mundial visto em seu conjunto. Complementariamente, é na China que se encontram alguns dos mais importantes centros de superacumulação e de superprodução. Dá-se muita importância ao efeito tesoura entre a baixa do PIB dos países capitalistas industriais “antigos” e a alta dos “grandes emergentes”. A crise acelerou igualmente o fim do período de hegemonia mundial dos Estados Unidos: hegemonia econômica, financeira e monetária depois dos anos 1930, hegemonia militar sem partilha a partir de 1992. Entretanto, a China não está à altura de substituir os Estados Unidos como potência hegemônica.

² A palavra de ordem de *Occupy Wall Street* (OWS) – “somos os 99%”, que Catherine Sauviat (2011) fala em seu artigo, traduz a diferença escancarada entre as mais altas rendas e aquelas do resto dos norte-americanos.

O artigo de Jacques Chastaing (2011) sobre as relações políticas internas na China dá algumas das razões dessa impossibilidade.

A novidade da questão política maior do período

Este artigo trata de lembrar a raiz e a natureza das crises capitalistas que se tornaram particularmente destacáveis na crise em curso, e de situá-las na “história longa”. A crise em curso explodiu ao final de uma fase longa (mais de cinquenta anos) de acumulação quase ininterrupta: a única fase desta duração de toda a história do capitalismo. Ela pode durar muitos anos, uma década inteira, pois ela tem como substrato uma superacumulação de capacidades de produção particularmente elevada e como excrescência uma acumulação de capital fictício de montante sem precedente. De um lado, a situação muito difícil dos trabalhadores – em todo o mundo, por mais diferenciada que ela seja de um continente, e mesmo de um país para outro, devido a suas trajetórias históricas anteriores – resulta da posição de força que o capital adquiriu graças à mundialização do exército industrial de reserva decorrente da liberalização do comércio e do investimento direto na China. Se não há uma “saída da crise” para o capital em um horizonte de tempo previsível, de maneira complementar e antagônica, o futuro dos trabalhadores e dos jovens depende em grande medida, senão inteiramente, de sua capacidade de abrir espaços e “tempos de respiro” político próprio, a partir de dinâmicas nas quais somente eles podem ser o motor. Estamos numa situação mundial na qual o que se tornou decisivo é a capacidade que terão os movimentos, nascidos sem se fazerem anunciar, de se organizarem de maneira a manter uma dinâmica de “autoalimentação”, e isso, mesmo na ausência de uma perspectiva política clara ou definida no curto prazo. É o que se extrai da experiência na Tunísia, na Grécia, no Egito, mas também nos Estados Unidos, com o movimento *Occupy Wall Street* (em contexto nacional particular de primeira potência capitalista do mundo e de um espaço geográfico continental). O que os militantes políticos podem fazer de mais útil é ajudar os atores dessas experiências a enfrentar os obstáculos, diversos e numerosos, que os movimentos tenham certa potencialidade de se chocarem, e de defenderem a ideia de que, em última instância, as questões cruciais são “quem controla a produção social, com qual objetivo, segundo quais prioridades e como esse controle social pode ser construído politicamente”. Esse poderia ser o sentido atual dos processos e palavras de ordem “transitórias”. Alguns me dirão que sempre foi assim. Mas para grande número de militantes, dito nos termos que acabo de utilizar, tal formulação é amplamente, senão completamente, nova.

A valorização “sem fim e sem limites” do capital como motor da acumulação

Antes de voltar à crise começada em 2007, é necessário explicitar as fontes da acumulação capitalista. Vamos nos deter um instante sobre a teoria da acumulação de longo prazo. Sua função é ajudar, a partir da compreensão precisa das fontes do movimento da produção capitalista, a explicitar a natureza das crises e a situar cada grande crise na história social e política mundial. Como escreve Paulo Mattick, comentando uma observação de Engels, “cada crise concreta se compreende na relação que ela mantém com o desenvolvimento da sociedade global” (MATTICK, 1976, p. 113-114). A amplitude e os traços específicos das grandes crises resultam dos meios que o capital (nele incluídos os governos dos mais importantes países capitalistas) teria recorrido no período precedente para “ultrapassar os limites que lhe são imanentes”, antes de ver “essas mesmas barreiras se erigirem diante dele a uma escala ainda mais imponente”. As crises explodem no momento em que o capital está de novo “preso” por essas contradições, confrontado às barreiras que ele mesmo criou. Quanto mais importantes terão sido esses meios, quanto mais o período terá sido longo (no curso do qual os meios de ultrapassagem terão atingido seu objetivo), quanto mais a revelação da superacumulação terá sido diferida, tanto mais a crise será importante e tanto mais longa e difícil será a busca de novos meios para “ultrapassar os limites imanentes”. É desta maneira que a história invade a teoria das crises.

Cada geração lê e relê Marx. Ela o faz também tanto para seguir a evolução histórica quanto para dar conta da experiência de impasses teóricos em que ela se encontra. Durante numerosas décadas, a problemática do desenvolvimento das forças produtivas, em suas diferentes variantes, dominou, com as recordações das teorias de progresso que ela podia ainda conter. Hoje, o Marx que é necessário reler, como militante – pesquisador, é aquele que ajuda a compreender o que significa a tomada do poder pela finança D, o dinheiro em sua brutalidade, aquele sobre o qual Marx escreve em seus Manuscritos de 1857 – 58: que “o capital [...] na medida em representa a forma universal da riqueza – o dinheiro –, tem a tendência ilimitada e incomensurável de ultrapassar seu próprio limite” (Op. Cit. p. 273). Ou ainda em *O Capital*, que “a circulação do dinheiro como capital tem seu fim nele mesmo, pois é somente por esse movimento que o valor continua a se valorizar. O movimento do capital não tem limite.” (Op. Cit. livre I, tomo.1, p. 156-157). Durante o século XX, o capital demonstrou, mais ainda que no momento em que Marx o estudava, um grau profundo de indiferença quanto ao uso social das mercadorias produzidas ou da finalidade dos investimentos.

Depois de trinta anos, a “riqueza abstrata” tomou cada vez mais a forma de massas de capital dinheiro à busca de valorização, colocadas

nas mãos de instituições (grandes bancos, sociedades de seguros, fundos de pensão e *Hedge Funds*), cuja “profissão” é valorizar seus haveres de maneira puramente financeira, sem sair da esfera dos mercados de títulos e de ativos fictícios “derivados” de títulos, sem passar pela produção. Enquanto que as ações e os títulos da dívida (pública, de empresas ou de famílias) são somente “haveres”, direitos a se apropriar de uma parte do valor e da mais-valia, concentrações imensas de capital dinheiro assumem o “ciclo breve Dinheiro – Dinheiro”, que representa a expressão máxima do que Marx chama de fetichismo do dinheiro. Expresso por formas cada vez mais abstratas, fictícias, “ideais” (termo utilizado pela finança) do dinheiro, a indiferença com relação às consequências da valorização sem fim e sem limites do capital impregna a economia e a política, mesmo em “tempos de paz”.

Os traços maiores do capital portador de juros destacados por Marx (“exterioridade à produção” e convicção que “o juros representa o fruto propriamente dito do capital, a coisa primeira, o lucro da empresa aparecendo como um simples acessório e aditivo que se soma no curso do processo de reprodução”) colocam os dirigentes capitalistas frente à sociedade em seu conjunto: a distribuição (o 1% frente aos 99% da palavra de ordem dos militantes do *Occupy Wall Street*) é somente a expressão mais facilmente perceptível de um processo bem mais profundo. No alto dos grandes grupos financeiros – tanto nos chamados “com predomínio industrial” como nos demais – há a fusão quase completa entre o “capital–propriedade” e o “capital–função” identificados por Marx para analisá-los separadamente. “A era dos administradores” deixou lugar a uma nova era, na qual há uma identidade de ponto de vista quase completo entre os acionistas e os dirigentes. Para um capital onde a finança está nos postos de comando, a busca da valorização “sem fim e sem limite” deve ser levada mais impiedosamente se o sistema está em crise. Os haveres sobre a produção, cuja apropriação sob a forma de dividendos ou de juros está ameaçada, atingem volumes que nunca foram tão elevados depois dos anos 1920. É por isso que, em relação aos trabalhadores que o capital ainda consegue empregar – estando dada a situação de superprodução, de recursos de base que escasseiam, ou ainda do posicionamento frente à mudança climática e suas consequências previsíveis – a reação do capital como um todo é a exploração de “duas forças de onde jorra toda riqueza, a terra e o trabalhador” (Ibid.: I, tomo 2, p.181-182.) e isso sem limites, até seu esgotamento, quaisquer que sejam as consequências.

Neste artigo não é possível estender a análise a questões ecológicas e a sua interação com o movimento de acumulação e suas contradições. A crise torna as interações mais estreitas ainda, como mostra o último relatório da Agência Internacional de Energia (AIE). (REVERCHON, 2011).

Centralização e concentração do capital, e intensificação da concorrência intercapitalista

A ideia associada à expressão “donos do mundo”, aquela de uma sociedade planetária da Metrópolis de Fritz Lang, acaba de ser reforçada por um estudo estatístico muito importante sobre as interconexões financeiras entre os maiores bancos e empresas transacionais, publicado pelo Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique (VITALI et al, 2011). Outro artigo seria necessário para examinar a metodologia, os dados primários e as conclusões deste estudo. Ele é ambicioso e as implicações de seus resultados são importantes, mas esses resultados exigem ser cruzados com outros fatos. Que sentido dar à classificação de cinco grupos financeiros franceses (no qual Axa está em 4º lugar e a Société Générale em 24º lugar) entre os cinquenta primeiros grupos mundiais ranqueados segundo o número de seus vínculos (caracterizadas como sendo de “controle” sobre outros bancos e empresas)? Como conciliar esta informação com a obrigação de lhes socorrer? A densidade das interconexões financeiras não traduziria principalmente os fluxos de operações financeiras, nas quais os grupos em questão são os intermediários, de maneira que o grande número de vínculos somente teria o status de “nós” do sistema e não de centralizadores de valor e de mais-valia?

A publicidade dada a este estudo exige que se façam duas séries de observações teóricas, que são ou permanecem indispensáveis à compreensão da situação mundial. Os processos de liberalização e de privatizações têm fortemente reforçado os mecanismos de centralização e de concentração do capital, tanto no plano nacional quanto no transacional. Esses processos afetaram tanto o “Sul” como o “Norte”. Em determinados setores dos países chamados de “emergentes” (bancos, serviços financeiros, agroindústria, mineração e metais básicos), assistiu-se à centralização e à concentração do capital e sua expansão em direção a países vizinhos. No Brasil e na Argentina, por exemplo, a formação de poderosas oligarquias “modernas” vai *pari passu* com fortes processos endógenos de acumulação financeirizada e com a valorização de “vantagens comparativas” conformadas com as necessidades de matérias-primas da acumulação mundial, na qual a China tornou-se o pivô. Oligopólios rivalizam com seus pares norte-americanos ou australianos na extração e na transformação de metais, e aí a agroindústria é constituída, sobretudo no Brasil. Devido à mundialização, as interconexões entre os bancos e essas empresas, bem como com as empresas engajadas na produção industrial e os serviços, tornaram-se mais fortemente transacionais do que nunca. O campo de ação do que Lênin chamava de “entrelaçamento” é aquele da economia mundial. Entretanto, o capitalismo não é monolítico. O entrelaçamento não elimina a concorrência entre os oligopólios que redescobriram, no momento da crise, traços nacionais e comportamentos pouco cooperativos.

O que atualmente prevalece na arena mundial é o que Marx chama “anarquia da produção”, cujo aguilhão é a concorrência, mesmo se o monopólio e o oligopólio são a forma absolutamente dominante dos “capitais numerosos” que formam o capital tomado como totalidade. Os Estados, ou mais exatamente certos Estados, aqueles que têm ainda os meios para isso, são cada vez mais agentes ativos desta concorrência. O único que mantém esses meios na Europa continental é a Alemanha. Não é o caso da França, onde a burguesia se tornou novamente financeira e rentista, deixou que ocorresse um processo de (des)industrialização, se encerrou na escolha energética nuclear e vê, agora, seus “campeões nacionais” afundarem uns depois dos outros. Daí decorre as dúvidas sobre o sentido da presença dos bancos franceses entre os cinquenta “donos do mundo”.

A outra observação maior, que se refere à centralização – concentração do capital, nos leva a nosso fio condutor. A razão pela qual as leis coercitivas da concorrência desfazem as tendências de acordo entre os oligopólios mundiais é que o capital, por mais centralizado que seja, não tem poder de se libertar das contradições que lhe são substanciais, assim como não pode impedir o momento em que se encontra frente a seus “limites imanentes”.

O capital “prisioneiro” dos métodos escolhidos durante 40 anos para superar as barreiras imanentes

A crise começada em agosto de 2007 ocorre ao final de uma longa fase (mais de cinquenta anos) de acumulação quase ininterrupta, a mais longa de toda história do capitalismo. As burguesias extraíram plenamente partido da política implantada pela URSS e mais tarde pela China (na Indonésia, especialmente entre 1960 - 1965) para conter a revolução social anticapitalista e antiimperialista por onde ela apareceu e para quebrar o movimento revolucionário antiburocrático, de Berlim em 1953 e Budapeste em 1989 a Tiananmen em 1989. O capital (os governos dos principais países capitalistas em suas relações mutáveis com os centros privados de centralização do capital e de poder da finança e da grande indústria) pôde encontrar, a partir de 1978 – 80, respostas às barreiras resultantes de suas contradições internas. Em 1973 – 75, o período chamado de “Trintas gloriosos” teve fim com a recessão. Seu fundamento - nunca é demais repetir - foi a imensa destruição de capital produtivo e de meios de transporte e de comunicação provocado pelo efeito sucessivo da crise dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial. O capital se viu novamente confrontado a suas contradições internas, sob a forma do que alguns chamaram de “crise estrutural do capitalismo”.

Três respostas sucessivas (que não são substitutivas, mas sim adicionadas umas às outras) permitiram ao capital prolongar a acumulação de

mais de trinta anos. Inicialmente, depois de uma última tentativa de “relançamento keynesiano” em 1975 – 77, a adoção, a partir de 1978, de políticas neoconservadoras de liberalização e de desregulamentação, do qual a mundialização do capital é derivada. A “terceira revolução industrial” de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) está estreitamente associada a ela. Mas mesmo se as TIC foram um fator que contribui para assegurar o sucesso desse fator, a resposta foi antes de tudo política. Ele repousa sobre o a base ideológica – teórica construída por Friedrich Hayek e Milton Friedman ((DARDOT; LAVAL, 2009). Depois, a partir da primeira metade dos anos 1990, a segunda resposta foi a aplicação do “regime de crescimento” descrito anteriormente, no qual o endividamento privado e, em uma menor medida, o endividamento público tornaram-se a sustentação central da acumulação. A terceira resposta foi a incorporação por etapas da China nos mecanismos de acumulação mundial, sendo a entrada dela na Organização Mundial do Comércio (OMC) o coroamento.

Tomando como fio condutor a ideia de que o capital vê “as mesmas barreiras se erigirem diante dele a uma escala ainda mais imponente”, é partindo desses três fatores, pode-se apreciar a amplitude e a duração provável da grande crise começada em agosto de 2007.

A superacumulação como substrato fundamental da crise

A duração excepcional da fase de acumulação, que teve momentos de enfraquecimento e um número crescente de advertências (em particular, a crise asiática de 1988), mas que não conheceu um verdadeiro corte, junto com a integração, no fim do período, da China no mercado mundial, fazem com que a superacumulação seja a mais importante barreira que o capital reencontrou novamente diante dele. Para além dos traços específicos de cada grande crise de superacumulação do capital, essa é a razão primeira. A sede insaciável de mais-valia do capital e o fato de que o mesmo “deseja que se produza exclusivamente para ele, enquanto que os meios de produção deveriam servir para uma extensão contínua da vida social” (Op. Cit. III, tomo 6, p.263) explicam que as crises são sempre fundamentalmente crises de superacumulação das capacidades de produção, no qual o corolário é a superprodução de mercadorias. Esta superacumulação e esta superprodução são “relativas”; o ponto de referência é a taxa de lucro mínima na qual os capitalistas continuam a investir e a produzir. A amplitude da superacumulação hoje se deve a que as condições específicas que conduziram à crise e que a prolongam, mascararam, durante um tempo, o movimento subjacente de baixa do lucro. Trata-se de algo completamente diferente da euforia clássica dos booms de fim de ciclo e menos ainda de fatos imputáveis aos *traders*.

No caso dos Estados Unidos e de países da União Europeia, os mecanismos de “advertência” propiciados pelas “inovações financeiras” foram desativados devido ao endividamento cada vez mais elevado. No caso da China, são as razões políticas que impedem que a baixa da taxa de lucro, completamente identificável, venha a frear a acumulação de capacidades produtivas novas, e ainda menos a detê-la (GAULARD, 2009).

Em cada grande crise, a superacumulação de capacidades de produção e a superprodução de mercadorias são de setores e de indústrias específicas. A crise provoca, em seguida, por contágio, um estado de superprodução nas outras indústrias e setores. O nível de análise pertinente é setorial e frequentemente nacional. A partir do momento em que a crise financeira começou a dificultar, em 2007 e 2008, os mecanismos de endividamento e a provocar a contração do crédito (o *credit crunch*), certos setores (imobiliário e de construção nos Estados Unidos, na Irlanda, na Espanha e no Reino Unido) e certas indústrias (automobilística nos Estados Unidos e em todos os países fabricantes europeus) revelaram ter uma sobrecapacidade de produção. Atualmente, ainda se encontram estoques de moradias e escritórios sem vender e mesmo sem alugar. Nas indústrias elétricas e mecânicas, as sobrecapacidades de rivais oligopolísticos mais fracos (Renault, Peugeot, Fiat, Goodyear) e de seus fornecedores foram absorvidas pelo fechamento de plantas e pela destruição ou deslocalização de máquinas. As sobrecapacidades mundiais continuam intactas.

Ao final de 2008 e em 2009, houve uma destruição de “capital físico” de capacidades de produção na Europa e nos Estados Unidos. Seus efeitos de saneamento com vista a uma “retomada” foram compensados pelo prosseguimento da acumulação na China. De 2000 a 2010, o crescimento do investimento fixo bruto chinês foi em média de 13,3% ao ano, de modo que a parte do investimento fixo no PIB pulou de 34% para 46%. Esta expansão do investimento se deve menos à alta das despesas governamentais saudadas pelos outros membros do G20 em 2009, que ao resultado de mecanismos profundos que revelam processos incontrolláveis, isto é, de uma verdadeira fuga para frente. Os primeiros estão relacionados à concorrência encarniçada que os estados e as grandes municipalidades fazem para que invistam em suas indústrias manufatureiras e de construção (GAULARD, Op. Cit.). Nisso está em jogo o prestígio, mas também rendas ocultas de setores inteiros da “burocracia – burguesia” chinesa. Os ministérios de Pequim reconhecem a existência de sobrecapacidades muito importantes nas indústrias pesadas. Porque, então, não intervir? Porque as relações políticas e sociais próprias da China encerraram o PCC na seguinte situação. Como condição de uma paz social mínima (ver as greves que se multiplicam e o artigo Jacques Chastaing já mencionado), a direção do PCC prometeu ao povo “o crescimento”. Ele até calculou uma taxa de crescimento de 7 a 8% como sendo o mínimo compatível com a estabilidade política. Mas o crescimento não pode repousar sobre o consumo da maioria

da população. O PCC não pode nem conceder aos trabalhadores as condições políticas que lhes permitam lutarem por aumento de salários, nem instaurar serviços públicos (saúde, educação universitária, proteção à velhice), pois, na trajetória política chinesa na qual Tiananmen foi o marco maior, isso seria interpretado como um sinal de enfraquecimento de seu poder político. Os 7 a 8% de taxa de crescimento foram, então, obtidos somente pela expansão louca do setor de bens de investimento (o setor I nos esquemas de reprodução ampliada). A queda, entre 2000 e 2010, de parte do consumo privado no PIB, de 46% para 34%, dá a dimensão do impasse que o PCC criou para si mesmo. O excedente comercial da China é “somente” de 5 a 7% do PIB, mas suas vendas representam quase 10% das exportações mundiais. As exportações são a válvula da sobreacumulação chinesa, o canal pelo qual ela criou um efeito depressivo sobre todos os países que sofrem a concorrência dos produtos chineses. Este efeito depressivo provoca um efeito de rebote, de maneira que a China conhece, depois, uma baixa de suas exportações. A destruição das capacidades de produção na indústria manufatureira de numerosos países de que pouco se fala (têxtil em Marrocos, no Egito e na Tunísia, por exemplo), mas também em outros de que se fala mais (onde ela foi a contrapartida de exportações de produtos resultantes das fileiras tecnológicas de metais ferrosos e não ferrosos e da agroindústria – caso do Brasil), expressa o peso que a superprodução chinesa faz cair sobre o mercado mundial como um todo.

O peso esmagador do capital fictício e o peso quase inalterado dos bancos

Voltemos à finança e ao capital fictício, que venho tratando em meus artigos desde 2001, assim como no livro “As dívidas ilegítimas”. Com efeito, o segundo traço específico da crise atual é de ter explodido ao final de pelo menos vinte anos de utilização do endividamento como forma principal da sustentação da demanda nos países da OCDE. Esse processo comportou uma criação extraordinariamente elevada de títulos que têm o caráter de “haveres” sobre a produção atual e futura. Esses “haveres” têm uma base cada vez mais estreita. Ao lado dos dividendos sobre as ações e os juros sobre os empréstimos aos Estados, viu-se o crescimento do crédito ao consumo e do crédito hipotecário, que são punções diretas sobre os assalariados. O peso do capital sobre os assalariados se exerce tanto no ambiente de trabalho como quando eles são devedores aos bancos. São, então, “haveres” cada vez mais frágeis que serviram de base para uma acumulação (utilizo esta palavra na falta de uma melhor) de ativos “fictícios na enésima potência”. A crise dos créditos hipotecários *subprime* destruiu momentaneamente uma pequena parte. Mas os bancos centrais desconhecem verdadeiramente tanto o montante astronômico como, em

razão do sistema financeiro informal, os circuitos e os detentores exatos deste capital. Dispõe-se somente de estimativas muito vagas. O que se chamou de financeirização foi o mergulho quase estrutural em uma situação descrita por Marx em uma passagem pouco comentada do primeiro capítulo do livro II de O Capital. Ele destaca que, por mais estranho que possa parecer em pleno triunfo do capital industrial, “o processo de produção capitalista aparece somente como um mal necessário para fazer dinheiro”, de maneira que “todas as nações entregues ao modo de produção capitalista são presas periodicamente da vertigem de querer fazer dinheiro sem o intermediário do processo de produção”. A partir dos anos 1980, nos países capitalistas centrais – os Estados Unidos liderando – a “vertigem” começou a ter um caráter estrutural. A finança deu a essa vertigem, fruto do fetichismo do dinheiro, bases político – institucionais muito fortes. Conseguiu fazer repousar o “poder da finança” e as crenças fetichistas que ele acarreta sobre um grau de mundialização (especialmente financeiro) inédito na história do capitalismo.

A chave central desse poder é a dívida pública dos países da OCDE. Em um primeiro momento, a partir de 1980, o serviço da dívida produziu, através dos impostos, uma imensa transferência de valor e de mais-valia em direção aos fundos de aplicações e aos bancos. E isso foi realizado através do canal da dívida do Terceiro Mundo, mas a uma escala bem mais elevada, pelo canal da dívida dos países avançados. Essa transferência é uma das causas da modificação profunda da repartição da renda entre capital e trabalho. Quanto mais o capital reforçava seu poder social e político, mais as empresas, os detentores de títulos e de patrimônios mais elevados estavam em condições de agir politicamente para se liberarem do peso do imposto. A obrigação para que os governos recorressem a empréstimos cresceu sem cessar. A partir do primeiro governo Clinton, começam a ter nos Estados Unidos não propriamente políticas monetárias de acomodamento da finança, mas um início de “captura do Estado” pelos grandes bancos (JOHNSON; KWAK, 2010). A indicação de Robert Rubin, presidente de Goldmann Sachs, representou um momento desta captura. A crise de setembro de 2008, com Henry Paulson nos controles do comando, completou o processo. Ela abriu a fase atual que é marcada pela seguinte contradição central, própria da sustentação do crescimento em um período tão longo. Os “mercados”, quer dizer, os bancos e os investidores financeiros, ditam a conduta dos governos ocidentais, tendo como eixo, como se vê claramente na Grécia, a defesa dos interesses econômicos e políticos dos credores, quaisquer que sejam as consequências em termos de sofrimento social. Mas em razão do volume e das condições da acumulação dos ativos fictícios, uma crise financeira maior pode ser desencadeada a qualquer momento, sem que possam ser previstos o momento nem e o ponto do sistema financeiro onde vai ocorrer.

As razões ultrapassam aquelas próprias às operações dos bancos sobre as quais a ênfase é mais frequentemente colocada: a natureza dos ativos, depuração muito incompleta dos ativos tóxicos de 2007, especialmente pelos bancos europeus, dimensão do que é chamado “efeito de alavanca”, etc. O capital sofre de uma falta aguda de mais-valia, que a superexploração dos trabalhadores empregados (graça ao exército industrial de reserva) e a pilhagem dos recursos do planeta compensam cada vez menos. Se a massa de capital empregada na extração de mais-valia fica estagnada ou se contrai, chega um momento onde nenhum aumento da taxa de exploração pode contrarrestar os efeitos. Que se passa, então, quando o poder dos bancos está quase intacto e quando existe, mais do que nunca, uma massa muito importante e vulnerável de “haveres” sobre a produção, assim como de produtos derivados e outros ativos “fictícios em enésima potência”? Sobre o plano de fundo da superacumulação e da superprodução crônicas, as consequências são, entre outras, as seguintes. A primeira é de dar surgimento a políticas econômicas e monetárias que perseguem dois objetivos de efeitos contraditórios. É necessário, pela via das privatizações, abrir ao capital os setores protegidos socialmente a fim de oferecer oportunidades de lucro, atendendo ou, melhor dizendo, esperando que as condições de conjunto de “saída da crise” se recriem. Os projetos programados de privatização e “de abertura à concorrência” são então aplicados e novamente concebidos. Mas é necessário também tentar evitar que se produza um afundamento econômico que veria necessariamente a destruição de uma parte do capital fictício, a começar por aqueles que têm a forma de créditos, de títulos de dívida. Ora, o caráter pró-cíclico (de acentuação da recessão) do primeiro objetivo tem por efeito reforçar essa possibilidade. Há, paralelamente, a contradição – um pouco parecida com essa, mas diferente – que vê os “mercados” imporem políticas de austeridade por medo do *défaut* de pagamento e o torna cada vez mais inevitável devido ao fato mecânico da contração acentuada da atividade econômica. A outra consequência maior do poder da finança e da capacidade que ela teve de limitar fortemente a destruição do capital fictício nos países da OCDE é a existência desta massa enorme de dinheiro (massa fictícia, mas com efeitos reais), que passa continuamente de uma forma de aplicação a outra, criando uma instabilidade financeira muito grande, gerando bolhas que podem ser desencadeantes de crise generalizada e frequentemente agudizam (especialmente no caso da especulação sobre os produtos alimentícios) os conflitos sociais.

A extrema fraqueza dos instrumentos de política econômica

O último grande traço da crise é que ela explodiu e se desenvolveu enquanto as políticas de liberalização e de desregulamentação tinham

chegado a destruir as condições geopolíticas e macrosociais nos quais instrumentos anticíclicos de certa eficácia tinham sido anteriormente desenvolvidos. Para o capital, as políticas de liberalização têm seu “lado bom”, mas elas têm também seu “lado mau”. A liberalização colocou os trabalhadores em concorrência de país a país e de continente a continente como jamais anteriormente. Ela abriu a via à desregulamentação e às privatizações. As posições do trabalho frente ao capital foram muito fortemente enfraquecidas, eliminando (até o presente) o “medo das massas” como o aguilhão da conduta do capital. O reverso da medalha está constituído por esta carência de instrumentos anticíclicos (nenhum substituto foi encontrado aos do keynesianismo) e pela rivalidade intensa entre os protagonistas maiores da economia capitalista mundializada, em uma fase na qual a potência hegemônica estabelecida perdeu todos os meios de sua hegemonia, com exceção dos meios militares, que pode utilizar somente uma pequena parte e, nesse caso, até agora, sem sucesso. O único instrumento disponível é a emissão de moeda, a máquina de fazer dinheiro por conta dos governos (caso dos Estados Unidos onde o FED compra uma parte dos bônus do Tesouro), mas, sobretudo, em benefício dos bancos. Esse terreno é também o único onde uma forma de cooperação internacional funciona. O anúncio, de 30 de novembro de 2011, da criação de liquidez em dólares, em comum acordo entre bancos centrais sob a iniciativa do FED, para contrarrestar o enxugamento do refinanciamento dos bancos europeus por seus homólogos norte-americanos, é um último exemplo atual.

Resistir e se engajar em águas onde não se navegou jamais

Tal como outros, expliquei a necessidade incontornável e absoluta de se preparar na perspectiva de um *crash* financeiro maior para sanear os bancos. Este artigo exige uma conclusão mais ampla. Nenhuma “saída de crise” se desenha para o capital no plano mundial, num horizonte de tempo previsível. Para os grandes centros singulares de valorização do capital que são os grupos industriais europeus, é hora da migração em direção a céus mais clementes, em direção às economias que combinam taxas de exploração elevada e um mercado interno importante. As condições da reprodução social das classes populares estão ameaçadas. Expressão disso é o aumento da pobreza e a pauperização insidiosa que afeta segmentos cada vez mais importantes de assalariados. O Reino Unido foi um dos laboratórios disso, antes mesmo que a crise explodisse. Quanto mais ela dure, mais se distancia para os trabalhadores outro futuro que não seja a precariedade e a redução do nível de vida. As palavras-chave que são marteladas são “adaptação” e “sacrifício necessário”. De tempos em tempos, sindicatos podem, para manter a menor legitimidade possível,

chamar para demonstrações de ação. A greve de um dia dos funcionários no Reino Unido é um exemplo recente. Mas como eu escrevi mais acima, o futuro dos trabalhadores e dos jovens depende amplamente, senão inteiramente, de sua capacidade para abrir espaços e “tempos de respiro” próprios, a partir de dinâmicas nas quais somente eles podem ser o motor. Outro mundo é certamente possível, mas ele somente pode se desenhar na medida em que a ação abra a via ao pensamento, o qual, mais do que nunca, somente pode ser coletivo. É uma completa reversão em relação aos períodos nos quais existia, ao menos na aparência, planos pré-estabelecidos da sociedade futura, sejam eles de certos socialistas utópicos ou do Komintern de Dimitrov. No século XVI, os navegadores ingleses forjaram a bela expressão “*uncharted waters*”: águas em que nunca se navegou, para as quais não há nenhuma carta marítima. É nosso caso hoje.

Referências

- CHASTAING, J. C. Fractures et grondements dans l'atelier du monde au regard de nos interrogations sur le monde qui vient. *Carré Rouge*, n. 46. Paris: Carré Rouge, déc. 2011.
- CNUCED - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. *L'économie mondiale face aux enjeux politiques d'après crise*. Genève: CNUCED, sept. 2011.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2009.
- GAULARD, M.G. Les limites de la croissance chinoise. *Revue Tiers-monde*, n. 200. Paris: Armand Colin, , déc. 2009.
- GIL, L.G. La crise financière et monétaire mondiale:endettement, spéculation, austérité. Quebec: M éditeur, 2011.
- JOHNSON, S.; KWAK, J. *13 Bankers:the Wall Street take over and the next financial Meltdown*. Nueva York: Pantheon Books, 2010.
- JONES, O. *Chavs: the demonization of the working class*. Londres: Verso, 2011.
- MARX, K. *Le Capital*. Paris: Éditions Sociales, 1973.
- MARX, K. *Manuscripts de 1857-58*, v. I. Paris: Éditions Sociales, 1980.
- MATTICH, P.M. *Crises et théories desCrises*. Paris, Éditions Champ Libre, 1976.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. *Quelles sont les perspectives économiques pour les pays de l'OCDE? Une évaluation intérimaire*. Paris, OCDE, set. 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/37/3/48643694.pdf>>.
- REVERCHON, A.. "Quelle est la vraie valeur des réserves d'énergie fossile (valeur boursière ou valeur pour la société humaine)". *Le Monde de l'économie*. 15 nov.2011.
- SAUVIAT, C. "Occupy Wall Street", un mouvement social inédit aux États-Unis. *Carré Rouge*, n. 46. Paris: Carré Rouge, déc. 2011.
- VITALI, S.; GLATTFELDER, J.B.; BATTISTON, S.*The network of global corporate control*. Chair of Systems Design, ETH: Zurich. *PLoS One*, 2011. Disponível em: <<http://www.plosone.org>>.